



Nunes terá de retomar atendimentos no Hospital da Zona Norte

Nunes diz que cumprirá decisão judicial sobre o aborto legal

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), afirmou que cumprirá a decisão judicial sobre o restabelecimento do aborto legal no Hospital e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte. A Justiça deu à prefeitura 15 dias para comprovar a retomada do atendimento. A Prefeitura informa que o serviço voltou a funcionar em 18 de março de 2026. A juíza Vanessa Velloso Silva Saad Picoli, da 9ª Vara da Fazenda Pública, considerou insuficientes os documentos apresentados para demonstrar que os procedimentos estão sendo realizados de forma efetiva e integral. O município deverá entregar escalas das equipes, registros de frequência e protocolos de atendimento, além de explicar o fluxo para urgências e casos fora do horário ambulatorial. O serviço foi suspenso em dezembro de 2023. A Secretaria da Saúde diz que o atendimento também ocorre em outros hospitais.

Prefeito afasta gerente da SPTuris após apuração

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) anunciou o afastamento do gerente de eventos da SPTuris, Rodrigo Raveli Bolzan. Segundo Nunes, a Controladoria-Geral do Município apura uma possível ligação do funcionário com ONG de Karina da Gama, dona da produtora de Dark Horse. A investigação foi aberta após reportagem do Metrôpoles sobre contratos municipais. Bolzan atua na empresa desde 2005 e fiscalizava oito contratos. O prefeito disse que eventual demissão dependerá do resultado da apuração.



Sede principal da Prefeitura de São Paulo, no centro da capital

Orçamento prevê R\$ 14 bilhões para transporte

A proposta de orçamento de São Paulo para 2027 prevê R\$ 14 bilhões para a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte. Desse total, R\$ 7,2 bilhões são destinados a subsídios dos ônibus e R\$ 2,2 bilhões à eletrificação da frota e à gestão do transporte coletivo. O projeto inclui R\$ 1,4 bilhão para o Bonde São Paulo e R\$ 500 milhões para veículos a biometano. Os valores ainda podem mudar durante a tramitação na Câmara Municipal da capital, que analisa o projeto de lei enviado pela Prefeitura de São Paulo.

Câmara discute orçamento 2027 para o esporte

A Câmara Municipal de São Paulo discutirá em audiência pública, em 11 de novembro, às 10h, os recursos previstos para esporte e lazer em 2027. O projeto de orçamento destina R\$ 527,1 milhões à secretaria responsável pela área. A reunião será conduzida pela Comissão de Finanças e Orçamento, com representantes da pasta. População poderá participar presencialmente, por formulário ou videoconferência.

Segurança Pública

No dia 13/10, a Comissão Extraordinária de Segurança Pública da Câmara de SP realiza reunião extraordinária semi-presencial, das 12h30 às 14h. A reunião ocorrerá no Auditório Prestes Maia, no 1º andar do Palácio Anchieta. A transmissão poderá ser acompanhada pela página do auditório no portal oficial da Câmara na internet.

CPI do Jockey Club

Também no dia 13/10, a CPI do Jockey Club da Câmara Municipal de São Paulo realiza reunião ordinária semipresencial, das 13h às 15h. O encontro será no Plenário 1º de Maio, no 1º andar do Palácio Anchieta, sede do legislativo. A transmissão estará disponível na página do plenário, no portal oficial da Câmara Municipal na internet.

Assistência Social

Ainda no dia 13/10, o Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo (COMAS) realiza plenária das 13h às 18h, na Câmara. A reunião do conselho será na Sala Sérgio Vieira de Mello, no primeiro subsolo do Palácio Anchieta. A transmissão poderá ser acompanhada pela página da sala no portal oficial da Câmara Municipal.

Sessão ordinária

No mesmo dia, a Câmara realiza sessão ordinária a partir das 15h no Plenário 1º de Maio, localizado no primeiro andar do Palácio Anchieta, sede legislativa. A sessão será conduzida pela Presidência da Casa. O público poderá acompanhar a transmissão pela página do plenário disponível no portal oficial da Câmara Municipal de São Paulo.

Finanças e Orçamento

No dia 14/10, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara realiza audiência pública semipresencial sobre mobilidade no Orçamento de 2027, previsto no PL 752/2026. A audiência será das 10h às 12h no Auditório Prestes Maia, no 1º andar do Palácio Anchieta, com transmissão pela página do auditório no portal da Câmara Municipal.

Título Cidadão Paulistano

Já no dia 15/10, a Câmara entrega o título de Cidadão Paulistano ao general de Exército Pedro Celso Coelho Montenegro. A sessão solene está marcada para as 19h, com término previsto às 22h no Salão Nobre, no oitavo andar do Palácio Anchieta. A transmissão poderá ser acompanhada pela página do salão no portal da Câmara Municipal de São Paulo.



Relator da CPI, Marcelo Messias (MDB), afirmou que a instituição não pagou ISS

CPI: Anhembi Morumbi nega dívida de R\$ 526 milhões

Prefeitura cita valor em débitos com a cidade; mantenedora alega imunidade

Da **Redação**

A mantenedora da Universidade Anhembi Morumbi contestou, na CPI dos Devedores da Câmara Municipal de SP, uma dívida tributária de R\$ 526 milhões apontada pela Prefeitura. O diretor financeiro da ISCP Sociedade Educacional, Átila Simões da Cunha, afirmou que a instituição tem registro como entidade filantrópica, sem fins lucrativos, e não reconhece a cobrança.

Durante o depoimento, Cunha sustentou que a mantenedora cumpre a legislação e as regras de governança. Segundo ele, uma decisão judicial de 2026 reconheceu a imunidade fiscal da instituição para determinado período. O relato divulgado pela Câmara não especifica o intervalo abrangido na decisão.

O auditor fiscal Marcelo Tannuri questionou o uso da condição de entidade filantrópica por empresas que, posteriormente, passam a ter fins lucrativos. Na avaliação dele, a falta de recolhimento de tributos pode favorecer formação de caixa e realização de investimentos.

O relator da CPI, Marcelo Messias (MDB), afirmou que a Anhembi Morumbi não recolheu ISS à capital em 2003, 2004 e 2005, sob a alegação

de não ter fins lucrativos. O vereador também questionou a origem dos recursos usados na aquisição de outra instituição de ensino, na compra de imóveis e em investimentos.

A ISCP foi a única empresa a enviar representante à reunião. Uber, Savoy, Circuito de Compras São Paulo, Socicam e Zaffari também eram aguardadas. A Uber informou ter decidido aderir ao Programa de Transação Tributária e solicitou prestar esclarecimentos em 22 de outubro.

A Savoy, cujo débito informado é de cerca de R\$ 21 milhões, apresentou comprovante de pagamento de R\$ 1,43 milhão e justificou a ausência porque seu representante está no exterior. A Socicam pediu o adiamento da participação para a próxima reunião, enquanto avalia a possibilidade de pagamento.

Viseu Participações, Tor-desilhas Capital e Costa Cruzeiros obtiveram autorização judicial para não comparecer. O colegiado também analisou requerimentos de intimação de representantes de operadoras de saúde, instituições financeiras e outras empresas.

Entre os documentos estão pedidos de suspensão de pagamentos de contratos com empresas incluídas na lista de grandes devedores.